



CENTRO UNIVERSITÁRIO PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS -UNIPAC

CURSO DE DIREITO

JORGE LUIZ DA CRUZ REMÍDIO

A SAÚDE MENTAL DOS AGENTES DE SEGURANÇA PÚBLICA

JUIZ DE FORA - MG

2021

JORGE LUIZ DA CRUZ REMÍDIO

A SAÚDE MENTAL DOS AGENTES DE SEGURANÇA PÚBLICA

Monografia de conclusão de curso apresentada ao curso de Direito do Centro Universitário Presidente Antônio Carlos - UNIPAC, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Direito.

Orientador: Prof. Esp. Hermes Machado da Fonseca

JUIZ DE FORA-MG

2021

JORGE LUIZ DA CRUZ REMÍDIO

A SAÚDE MENTAL DOS AGENTES DE SEGURANÇA PÚBLICA

Monografia de conclusão de curso apresentada ao curso de Direito do Centro Universitário Presidente Antônio Carlos - UNIPAC, como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em direito.

Aprovado em: / /

BANCA EXAMINADORA

Prof. Esp. Hermes Machado da Fonseca
Centro Universitário Presidente Antônio Carlos-UNIPAC

Centro Universitário Presidente Antônio Carlos-UNIPAC

RESUMO

O objetivo deste estudo foi conduzir uma análise crítica para compreender os riscos de doenças mentais aos quais os profissionais de segurança estão expostos e quais oportunidades existem para minimizar esses riscos através de medidas preventivas. Concluiu-se que a saúde mental dos profissionais de segurança pública está em alto risco. Foi observado que os impactos mais significativos citados pelos profissionais incluem o risco ao seu desempenho ao qual estão expostos, a morte de colegas, situações traumáticas e a necessidade de se engajar em atividades externas para complementar sua renda. Com relação aos serviços de saúde mental nas instituições de segurança do país, foi observado que, embora nem todas as instituições tenham um serviço de apoio psicológico, aquelas que têm tal serviço enfrentam muitas barreiras no acesso aos profissionais e carecem de medidas preventivas para priorizar as situações de crise. A pesquisa procurou reunir informações da literatura sobre a qualidade de vida dos profissionais de segurança pública no local de trabalho e sobre as unidades que compõem as secretarias de segurança pública dos estados. Foram buscadas informações mais informativas e profundas em revistas, jornais e quaisquer meios que pudessem auxiliar na condução da pesquisa, buscando programas, projetos e medidas que promovam a qualidade de vida dos policiais militares, bombeiros militares, policiais civis e guardas municipais nos estados estudados. Finalmente, concluiu-se que há necessidade de expandir a gama de serviços existentes e estabelecê-los onde ainda não existem, com ênfase especial em medidas preventivas, tais como apoio psicológico para profissionais de segurança.

Palavras-chave: Segurança pública. Apoio psicológico. Prevenção. Saúde mental.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	06
2 AS CIRCUNSTÂNCIAS DE OCORRÊNCIA DOS TRANSTORNOS PSQUIÁTRICOS EM POLICIAIS.....	09
2.1 A relação da saúde mental dos policiais com o serviço e a população e evolução dos transtornos psiquiátricos	10
2.2 O trabalho, a covid-19 e o adoecimento.....	16
3 IDENTIFICAR OS TRANSTORNOS PSQUIÁTRICOS EM POLICIAIS MILITARES NO BRASIL	21
3.1 Legislação	21
3.2 Projeto de lei que visa receber proteção e assistência à saúde mental na cidade de São Paulo	22
3.3 Policiais morrem mais por suicídios do que em confrontos.....	23
4 ANALISAR ESSAS AÇÕES DO TRANSTORNO PSQUIÁTRICO NO ANO DE 2019 EM POLICIAIS MILITARES NO BRASIL	26
4-1 A saúde mental indica o bom funcionamento dos processos mentais e a boa interação entre eles	26
4-2 Saúde mental do trabalhador policial	27
4-3 Análise e discussão dos dados.....	29
4-4 Perfil sociodemográfico.....	29
5 CONCLUSÃO.....	34
REFERÊNCIAS.....	38

1 INTRODUÇÃO

A partir do momento em que começamos a tentar aprofundar o estudo da saúde mental dos policiais, percebemos que enfrentamos um novo desafio, uma vez que ele decorre de uma vida difícil de crime. Os distúrbios mentais são, portanto, o resultado de diferentes combinações físicas, biológicas e sociais.

O presente trabalho se intitula "Saúde Mental dos Policiais" e procura analisar todas as suas formas e como afeta a família, a sociedade e o próprio indivíduo, e todos em todas as idades. Portanto, precisamos estabelecer metas que melhorem a qualidade de vida desses oficiais e os ajudem.

Portanto, procura-se um maior envolvimento da sociedade e dos governos para que a polícia possa combater estas anormalidades.

Portanto procura-se novas estratégias de tratamento de uma forma mais inovadora e estamos procurando superar os velhos padrões de tratamento.

A pesquisa, cujos resultados são aqui apresentados, foi intitulada Qualidade de Vida, Sofrimento Psicológico e Vitimização de Agentes de Segurança Pública, e foi realizada utilizando meios de pesquisa, websites, periódicos e literatura sobre crime e segurança pública. Esta pesquisa é muito importante para entender os fatores resultantes das condições organizacionais e de trabalho e como eles afetam a qualidade de vida dos trabalhadores da segurança pública, gerando problemas nas interações sociais, desempenho no trabalho, acidentes e doenças. Estes problemas ameaçam a expectativa de vida, levam à perda de dias de trabalho, à aposentadoria antecipada, a um declínio na qualidade de vida geral e a uma deterioração da qualidade do trabalho realizado. Estes fatos levam os gestores de segurança pública a identificar as principais causas de morbidade (doença) e mortalidade de seus trabalhadores e os principais fatores de risco que afetam a qualidade de vida dos trabalhadores de segurança pública, a fim de implementar medidas para proteger e promover a saúde e a qualidade de vida que sejam coerentes, bem fundamentadas e em conformidade com as obrigações éticas e legais das instituições públicas. Segundo dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2015), em 2014, o Brasil tinha 642.244 funcionários públicos trabalhando na polícia militar, na polícia civil e no guarda municipal em todo o país,

45% dos quais (291.932) estavam concentrados nos quatro estados da região Sudeste. Deve-se notar também que este número não inclui aqueles que trabalham no sistema penitenciário. Apesar da magnitude desses números e da importância da questão da segurança pública na agenda nacional, a produção brasileira sobre a relação entre trabalho, saúde e qualidade de vida dos profissionais pode ser considerada discreta. Na última década, houve um pequeno, mas significativo aumento na produção: foi publicado um livro sobre o assunto, baseado em pesquisas entre policiais brasileiros (MINAYO; SOUZA; CONSTANTINO, 2008), assim como pelo menos 80 artigos, disponíveis na íntegra na Scientific Electronic Library Online (www.scielo.br), focalizando os distúrbios mentais desses trabalhadores. A partir da definição de qualidade de vida da Organização Mundial da Saúde (The WHOQOL Group, 1995), a saber "a percepção de um indivíduo sobre seu lugar na vida, no contexto da cultura e dos valores em que vive, em relação a seus objetivos, expectativas, normas e preocupações", e deixando de lado os extensos debates em torno do termo neste texto, há um quase consenso sobre o reconhecimento de que as condições de trabalho, o ambiente e a organização têm de fato um impacto significativo na percepção de um indivíduo sobre sua qualidade de vida. O Ministério da Justiça e Cidadania brasileiro, assim como os Secretários de Estado de Segurança Pública e Proteção Social, que são sensíveis a estas questões, têm encorajado, promovido e implementado medidas relacionadas à qualidade de vida no trabalho para enfrentar esta realidade.

É bem conhecido que o trabalho em segurança pública exige uma grande responsabilidade dos oficiais em sua função de promover a segurança e o bem-estar da população. Esta responsabilidade, combinada com as exigências diárias de sua rotina de trabalho, submete-os à exposição constante a estressores que podem causar ou reforçar condições patológicas, tais como ansiedade, distúrbios de humor e abuso de substâncias, entre outros. A constante necessidade de estar em alerta para qualquer situação que possa ameaçar a ordem pública, além da rigorosa disciplina e a necessária gestão de situações inesperadas derivadas da atividade diária de qualquer agente da segurança pública, seja um policial, um militar, um guarda municipal, um agente penitenciário, entre outros, torna esses profissionais vulneráveis a transtornos relacionados ao estresse, como ansiedade, depressão, fobias, doenças psicossomáticas, alcoolismo e outros vícios. É preciso lembrar que existe um ser humano por trás do uniforme, que traz consigo toda uma carga de emoções e experiências

peçoais, problemas diários e familiares, dificuldades emocionais e financeiras, como qualquer outra pessoa. Este profissional, entretanto, é frequentemente chamado a agir de forma indesejável devido às características inerentes à condição humana: espera-se que ele ou ela enfrente situações extremamente perigosas e, diante disso, que mostre autocontrole, que não sinta medo, que não se excite, que não mostre fraqueza. O trabalho no campo da segurança pública é, portanto, um dos mais arriscados em termos de saúde ocupacional, e esses profissionais estão expostos a condições que os colocam em risco no dia-a-dia, em uma condição limite para o desenvolvimento de distúrbios mentais. Neste sentido, se a atividade policial, devido a suas características intrínsecas, é um grande fator de risco para o sofrimento psicológico dos profissionais, é óbvio que a preocupação com suas condições de trabalho e com sua saúde mental deve ser amplamente discutida. É necessário entender que a preparação física, técnica e tática do guarda de segurança não é suficiente. Se sua preparação emocional não for investida e cuidada, ele não será capaz de realizar plenamente suas atividades. Neste sentido, justifica-se a relevância de produzir conhecimento científico sobre o assunto, especialmente para compreender os riscos de doenças psicológicas a que os profissionais de segurança estão sujeitos e, além disso, para explorar as possibilidades de minimizar estes riscos com base em ações preventivas, contribuindo efetivamente para um monitoramento psicológico preventivo dos agentes de segurança pública. Para isso, buscamos na literatura especializada referências teóricas sobre a relação entre desempenho em segurança pública e sofrimento psicológico, estudos que abordaram aspectos da disponibilidade e funcionamento dos serviços de apoio psicológico nas instituições de segurança pública do país, seu progresso e seus pontos críticos.

2 AS CIRCUNSTÂNCIAS DE OCORRÊNCIA DOS TRANSTORNOS PSIQUIÁTRICOS EM POLICIAIS

Conforme Silva Filho (2003), o Brasil é o único país que concebe as atividades de polícia, tanto de prevenção quanto de investigação, como funções disjuntivas, a ponto de necessitar de duas organizações distintas em estruturas, normas administrativas e operacionais, regime disciplinar e salários. Tal distinção criou certo desgaste, enquanto modelo de controle da criminalidade, haja vista a ineficácia de seus resultados, o alto custo de manutenção e a grande complexidade de seu gerenciamento.

Sette Câmara (*apud* MAURIVAN; SARITA, 2009, não paginado), desde a década de 1960 a PM detém a exclusividade do policiamento ostensivo fardado para realizar diversas funções como força pública. Entre essas funções, destacam-se: assegurar as instituições; garantir a ordem nos estados; atuar de maneira repressiva e/ou preventiva; atender as convocações para prevenir ou reprimir graves perturbações, tanto internas quanto ao nível do governo federal, em caso de guerra externa.

O acúmulo de funções atribuídas à PM, atrelado ao modelo policial pautado em atividades distintas, prevenção e investigação, fomenta questões sobre a aplicabilidade da organização do trabalho policial frente à realidade social vigente. Essas questões adquirem importância, sobretudo, quando dizem respeito às implicações desses fatores na saúde mental do policial militar.

Muniz (*apud* MAURIVAN; SARITA 2009, não paginado), a ênfase na forma, no cargo e na função prioriza a hierarquização. A instituição policial precisa refletir sobre essas questões, uma vez que, durante o exercício de sua atividade-fim, os PMs estão expostos a situações que requerem rapidez na resolução e não podem simplesmente ser abordadas através de técnicas tradicionais de adestramento militar

2.1 A relação da saúde mental dos policiais com o serviço e a população e evolução dos transtornos psiquiátricos.

Em uma reportagem do Fantástico, rede Globo de Televisão em 2019, destacou que a evolução dos transtornos psiquiátricos se dá pelo o stress, situação de risco, medo pelo confronto e isso acumulado vira uma doença, levando a um sofrimento psíquico.

Muitos policiais começam com depressão evoluindo para a bipolaridade, chegando à esquizofrenia.

O transtorno mental é visto pela sociedade como um desvio de comportamento que foge ao padrão de normalidade e que muitas vezes policial militar não encontra apoio na própria instituição, seja por limitação de profissionais a disposição ou por preconceito das pessoas próximas que não ajudam em nada a recuperação desse trabalhador da segurança pública.

Lima e Tavares (*apud* MAURIVAN; SARITA, 2008, não paginado) eles fazem um resgate histórico da força de segurança pública como:

Em termos de resgate histórico, sabe-se que a Polícia Militar, enquanto construção institucional e organizacional, confunde-se com a história do Brasil. Isto porque, desde o período Imperial, durante o governo de D. Pedro I, os presidentes das províncias não dispunham de meios apropriados para a manutenção da ordem pública, e a sua criação permitiu tal realização. Por sua vez, na Paraíba, a Polícia Militar é o mais antigo órgão público em funcionamento até hoje.

A lógica norteadora do sistema de segurança tinha um caráter mais de proteção interna e de defesa nacional do que de atendimento aos fins de segurança pública. Tal lógica delineia uma imagem que prima pela corporação militar, ao invés de priorizar a PM enquanto organização. A efetividade de um policiamento urbano e ostensivo é rara na história da PM, mesmo considerando as peculiaridades de cada estado brasileiro.

Tavares (1997 *apud* MAURIVAN; SARITA, 2003, não paginado), no Brasil, as polícias de âmbito estadual (civil e militar) têm inspiração na Europa Ocidental dos séculos XVIII e XIX, em que se concebia a segurança pública como um serviço garantido pelo Estado, para resguardar os direitos e o assentamento da autoridade. Por outro lado, existe outra concepção,

que vê a polícia como uma estrutura mantenedora do *status quo*, dos interesses das classes abastadas.

Corroborando com os estudos diz que dos estudos de estresse, há apontamentos para ocorrência de repercussões à saúde pelo estresse em grande parte do efetivo da Polícia Militar, como predominância de sintomas físicos. No que tange as fases, a resistência e o alerta são destacadas nestes estudos. A saber das fases e seus sintomas, Futino e Delduque (2020, não paginado) mencionam e utilizam a seguinte classificação e evolução de sintomatologia:

- 1) Fase de alerta se caracteriza por reações fisiológicas (taquicardia, sudorese) e relaciona-se a reação e fuga instintiva e ao momento em que o “organismo é exposto a uma situação de tensão e se prepara para a ação”
- 2) fase de resistência é percebida pela permanência do estresse e da adaptação do organismo à situação, com possibilidade de sensação de desgaste generalizado e repercussões em aspectos cognitivos;
- 3) fase de exaustão, o processo estressor continuado encontra uma reação adaptativa do organismo e assim, doenças somáticas costumam a aparecer;
- 4) fase de exaustão está associada à exaustão nos aspectos psicológico e físicos e é comum estar associado inclusive até ao falecimento do trabalhador.

Segundo Futino e Delduque (2020, não paginado) mesmo distante do contexto de trabalho ostensivo da Polícia Militar, os profissionais da Polícia Civil também relatam problemas relacionados ao estresse semelhantes, quando os impactos na saúde são vistos pelo viés do estresse e dos seus fatores desencadeadores no contexto de trabalho. Tais estudos apontam que o excesso de trabalho, a infraestrutura ineficiente e as relações profissionais são fatores percebidos negativamente pelos profissionais. No que tange aos afastamentos do trabalho por transtornos mentais e comportamentais, Castro, em estudo publicado em 2015, aponta que, de cem trabalhadores de Policial Civil de Santa Catarina, 4,6% são afastados em algum momento de sua vida funcional e o fator de tempo de atividade (antiguidade funcional) influência em termos de maior concentração em faixas mais avançadas. Para lidar com estresse, os trabalhadores utilizam-se de estratégias como esquiva (evitar de levar problemas para o contexto familiar), de “apoio da família, lazer, prática de exercícios, autocontrole, apoio na religião e atitude positiva, Futino e Delduque (2020,não paginado). A similaridade

das instituições policiais é alentada por outros estudos realizados em instituições de segurança pública do Rio de Janeiro, que se reforçam a questão do risco e de sofrimento durante sofrerem danos na sua condição física e psicológica. As condições de saúde física e os problemas do sistema nervoso também estão relatados na questão de sofrimento mental. Para enfrentamento dos riscos, os trabalhadores lançam as seguintes estratégias de contraposição às possibilidades de adoecimentos: “mudança na rotina e no estilo de vida; naturalização e banalização do risco; fé e misticismo e apoio dos pares” Futino e Delduque (2020, não paginado). Destas estratégias de enfrentamento dos fatores aversivos à saúde mental, a crença da autoeficácia como facilitador do processo de saúde e mediação do contexto de trabalho foram abordados em estudos com análises antagônicas. Em Souza e autores, a influência preditiva da autoeficácia pode auxiliar na avaliação de bem-estar subjetivo do policial militar e seu treinamento deve ser incluso como um mecanismo de auto regulação para controle de hábitos saudáveis e manutenção da qualidade de vida. Já Coelho e colaboradores (2020, não paginado) apresentam ressalvas na correlação da autoeficácia e sua influência na qualidade de vida do trabalho do PM, orientado a revisão do foco da manutenção da saúde como uma questão individual do trabalhador para reformulação dos processos da organização de trabalho mais saudáveis. Outrossim, no que tange ao estudo de gênero na atuação em segurança pública, é relatado que as mulheres do segmento são mais acometidas por estresse e apresentam graus de insatisfação na percepção da qualidade de vida no trabalho.

Reforçam Futino e Delduque (2020, não paginado) tais fatores estão relacionados a questões de gestão e de relações institucionais, com o agravante de menções de discriminação de gênero e assédio como fatores que influenciam o estresse. Não é de todo modo estranho a existência e o registro de tais dados: estas mulheres concentram as singularidades e os agravantes próprios do trabalho feminino e do trabalho em segurança pública. Ou seja, além das questões de dupla jornada e de divisão sexual do trabalho própria dos estudos do trabalho feminino, estas trabalhadoras são condicionadas a negar diferenças de gênero para obter reconhecimento entre pares, sendo comuns relatos de violações de direitos e tensões por imposições hierárquicas das instituições. De modo geral, as mulheres na segurança pública não representam um efetivo nacional significativo nas instituições, sendo, aproximadamente, 30% da PC, 10% na PM e 7% do CBM. Tal fator pode ser associado à inserção recente no

histórico das instituições. As profissionais do segmento foram inseridas em meados da década de 1980 como resposta ao processo de redemocratização do País e para atendimento de um desenvolvimento de atividades laborais e nos momentos de folga – os policiais civis associam suas queixas à possibilidade de serem vitimados ou proposta de amenizar a imagem institucional e de executar ações voltadas a públicos vulneráveis, como idosos, mulheres e crianças. Entretanto, cabe atenção e o alerta a esta disparidade entre gênero, trabalho e perfil profissional, uma vez que pesquisas apontam os impactos e diferenças em tratamentos inter-relacionais. Nesse quesito, exemplificam-se dados levantados no estudo sobre mulheres na segurança pública, que aponta a dificuldade de mobilidade e reconhecimento na carreira. As mulheres respondentes do estudo mencionam também que já experimentaram algum tipo de assédio, moral ou sexual, dentro de sua instituição (39,2%) – em 74,1% desses casos, os autores/responsáveis estão associados a postos de superiores hierárquicos. Segundo Miranda e colaboradores (2020, não paginado) Num grau extremo dos impactos na saúde mental do trabalho em segurança pública, chamam a atenção os estudos sobre ideação suicida no segmento. O tema não foi o enfoque da pesquisa, mas a questão do suicídio policial tem sido recorrente na mídia de massa quando discutidos os números de vitimização, o que aponta para futuras possibilidades de estudos e propostas de intervenção. Miranda e colaboradores (2020, não paginado), relatam que a temática afeta mais as mulheres, com tentativas em momentos de folgas e recorrentes relatos de sofrimento e desvalorização profissional.

A autora Miranda (2020, não paginado) evidencia, na amostra de sua pesquisa, os fatores associados ao comportamento suicida em quatro níveis de análise e possibilidade de intervenção:

- (i) organizacional, sendo a satisfação profissional importante fator protetivo;
- (ii) situacional, onde os cuidados aos fatores de exposição de vitimização direta e indireta devem ser calculados quanto a sua vulnerabilidade;
- (iii) social, que propicia ao cuidado com a questão de valorização e desconfiança nas relações intra e extra instituição; e,
- (iv) individual, em que as questões singulares de saúde física e mental devem ser aportadas e examinadas (Miranda, 2020, não paginado)

Para além da atividade policial, os bombeiros militares, em específico, relatam que a sobrecarga de trabalho provocada por escalas de trabalho extenuantes, as relações profissionais e as influências do militarismo na atividade também são associadas ao sofrimento mental. Mas, ao contrário de seus colegas policiais militares, o reconhecimento e

valorização da imagem do bombeiro perante a comunidade é considerada como fator de orgulho e prazer no trabalho. Sobre a questão da desvalorização da imagem policial há uma associação quanto ao histórico de confrontação com a população em geral e os números de vítimas, bem como a atribuição da guarda da ordem e de controle de situações adversas.

Frente à realidade laboral descrita nos estudos, os pesquisadores sugerem intervenções que prevejam mudanças nos processos de trabalho como um todo, considerando-se as relações entre os profissionais e suas intuições, bem como ações específicas focadas nos aspectos psicológicos e de treinamento. Debate-se também as ideias de valorizar o profissional além de suas atividades, dentro e fora de seu contexto de trabalho.

Segundo Rafaelle Lopes Souza, Isabela Araújo e Luana Hordones (2020, não paginado) o Brasil possuía 642.244 trabalhadores públicos integrando os efetivos das Polícias Militares, Polícias Cíveis e Guardas Municipais em todo o país. Cabe ainda lembrar que esta cifra não incorpora os trabalhadores do sistema prisional, que se tornaram integrantes do rol de profissionais de segurança pública apenas em 2019 com a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional 372/2017. Apesar da grandiosidade destes números e da relevância da questão da segurança pública na agenda nacional, a produção brasileira sobre a relação entre trabalho, saúde e qualidade de vida para esses profissionais ainda necessita de mais pesquisas.

Bom, quando se considera os dois conceitos tratados anteriormente, pode-se afirmar que as condições, os ambientes e a organização do trabalho impactam fortemente na percepção que o indivíduo tem de sua qualidade de vida. Logo, o trabalho exercido possui impactos diretos na saúde de todo profissional. Quando se pensa sobre as profissões de segurança pública no Brasil, é quase impossível desconsiderar os efeitos que o ofício traz para a vida dos trabalhadores. Não é preciso horas exaustivas de conversa com policiais – militares, civis e penais – e guardas municipais, por exemplo, para ouvir relatos pessoais ou histórias sobre companheiros de profissão que adquiriram níveis preocupantes de estresse, fadiga, ansiedade e depressão. Isso porque fatores inerentes à organização e às condições de trabalho afligem a qualidade de vida dos trabalhadores da segurança pública, fazendo com que eles apresentem inclusive problemas na interação social, no desempenho do trabalho, além de aumentar os riscos de acidentes e algumas doenças.

Estes agravos comprometem a esperança de vida desses profissionais, geram perdas de dias de trabalho, provocam aposentadorias precoces, prejudicam a qualidade do trabalho executado, e afetam diretamente a qualidade de vida como um todo. Estes fatos desafiam os gestores do sistema de segurança pública a identificarem as principais causas de morbidade (ou seja, adoecimento) e mortalidade dos trabalhadores, assim como os principais fatores de risco à qualidade de vida existentes no trabalho em segurança pública, de forma a implementar ações de proteção e promoção à saúde e à qualidade de vida consistentes, fundamentadas e que façam face às obrigações éticas e legais das instituições públicas.

Núcleo de Estudos da Burocracia (2018, não paginado) para ilustrar essa realidade, em 2018 no Brasil o número de policiais que cometeram suicídio foi maior que aqueles que morreram em confronto. Tendo uma taxa de suicídio na categoria de 23,9 enquanto na população em geral a taxa é de 5,8 por 100 mil habitantes. Só na cidade de São Paulo, oito guardas civis são afastados por dia por transtornos mentais. A realidade dos policiais penais também não é muito diferente. Considerada pela Organização Internacional do Trabalho a segunda profissão mais perigosa do mundo, diversas pesquisas acadêmicas demonstram o grande adoecimento psíquico e físico dos profissionais de custódia. Para se ter uma ideia, durante a pandemia, 73,7%, dos policiais penais respondentes da pesquisa do Grupo NEB (Núcleo de Estudos da Burocracia/FGV) relatou ter a saúde mental afetada pelo atual contexto, e apenas 5,1% teve algum apoio para lidar com essa situação.

Assim como os policiais penais, certamente, outros profissionais de segurança pública sentiram os efeitos da pandemia em sua saúde, em decorrência das características do seu trabalho. Buscamos, assim, demonstrar quais são os motivos que levam a este maior adoecimento desses profissionais durante a chegada e a disseminação do coronavírus no Brasil.

2.2 O trabalho, a covid-19 e o adoecimento

Rafaelle Lopes Souza, Isabela Araújo e Luana Hordones (2020, não paginado) em primeiro lugar é preciso considerar o trabalho em si, ou seja, em condições cotidianas para além da pandemia. O trabalho em segurança pública é considerado um trabalho altamente estressante. Isso em decorrência à repetida exposição a situações traumáticas que envolvem a segurança e a vida, a interações conflituosas com superiores, com a estrutura organizacional policial e com a própria comunidade. Esses fatores têm especial relevo nas grandes cidades brasileiras que concentram tanto o tráfico de drogas, como as altas taxas de homicídios. Tais contextos aumentam a letalidade não apenas da ação policial, como também o risco de agravos à saúde dos policiais.

A iminência da possibilidade da morte e de situações violentas faz com que os agentes de segurança pública se sintam não apenas mais estressados, como em constante tensão – tanto nos períodos de trabalho, como também fora dele. O estado de tensão se torna, portanto, constante na vivência de muitos desses profissionais. Acontece que agora, além da tensão da alta probabilidade de vitimização, há ainda a possibilidade de contaminação pela COVID-19, sendo está ainda mais presente e possível para esses profissionais. Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 68,8% dos policiais entrevistados sentem medo de alguém próximo ou de ele mesmo contrair o novo vírus.

E esse medo possui um grande respaldo no cenário atual, apesar da dificuldade de se encontrar dados nacionais ou estaduais que fazem esse levantamento. O número de profissionais da segurança pública afastados por suspeita – ou confirmação – de COVID-19 não para de crescer. Apesar da ausência de sistematização dos dados, a título de ilustração podemos citar que em junho já eram mais de três mil policiais em São Paulo afastados. Antes disso, em abril, eram 500 guardas civis municipais da cidade de São Paulo na mesma situação. Além disso, o CNJ em seu último levantamento, no dia 04 de novembro, apontou que já são 11.149 casos de servidores contaminados no sistema prisional. Essa realidade potencializa ainda mais o medo e a tensão que os profissionais afirmam sentir no exercício diário de suas profissões.

Em segundo lugar, e bastante relacionada com essa primeira justificativa, há a impossibilidade de fazer o isolamento e o distanciamento social. Os profissionais de

segurança pública foram considerados “serviços essenciais”, ou seja, trabalhos considerados indispensáveis à população durante a pandemia da COVID-19. Nesse sentido, em nenhum momento desses oito meses de tentativa de isolamento social no país, os profissionais de segurança pública puderam se ausentar do trabalho, para cuidar da sua saúde física. Mais do que seguir trabalhando, estes profissionais atuam em áreas em que o contato e a proximidade física são corriqueiros, e qualquer tentativa de se manter distante se torna, no mínimo, um desafio. Outra questão importante a ser considerada é que muitos dos instrumentos de trabalho são compartilhados por esses profissionais no revezamento de turnos.

Além do permanente risco de se contaminarem, há também o medo de levar o vírus para casa, contaminando, assim, parte de seus familiares. Isso porque o trânsito entre o trabalho e a casa precisa de uma sistemática higienização, e mesmo quando é possível de serem tomados alguns cuidados, a possibilidade de contágio é ainda presente, e a tensão é contínua. Se pensarmos na realidade dos policiais penais, a responsabilidade é ainda mais assustadora, uma vez que a contaminação de um guarda de custódia pode levar o vírus para um pavilhão inteiro. E como já discutimos nesta coluna, a situação dos cárceres brasileiros é favorável à proliferação do vírus. Assim, o medo real de contaminação, soma-se à tensão e à necessidade de constante atenção nas suas ações – já presente em seus ofícios – trazendo assim mais ansiedade e estresse para os profissionais que já conviviam com essa realidade.

Mais um possível motivo para o aumento do adoecimento dos servidores possui relação com essa maior exposição ao novo vírus, que não é apenas pela continuidade de atuação ou pelas características inerentes ao trabalho, mas também pelas novas atribuições que os trabalhadores adquiriram em meio à pandemia. São os profissionais de segurança de pública, principalmente os guardas municipais, os atuais responsáveis por fiscalizar as medidas adotadas para conter a expansão do vírus nas cidades. Desta maneira, eles devem lidar diariamente com as infrações cometidas que colocam em risco a saúde da população.

Ou seja, além do alto risco contágio ser uma realidade a ser considerada em ações que já aconteciam, ela é o foco de novas ações destinadas a estes profissionais. Já que são os guardas municipais que devem fiscalizar a implementação das medidas de contenção do novo coronavírus, as ações por eles efetuadas os colocam em risco pela simples necessidade de cumprir este papel – uma vez que ao realizarem esse tipo de ação, alguma norma muito provavelmente está sendo descumprida e a possibilidade do contágio está presente.

Em último lugar, volta-se a considerar a realidade anterior do trabalho do profissional de segurança pública. Parte considerável das reclamações destes profissionais sobre o que coloca em risco a sua vida ou o que dificulta sua atuação diz respeito às condições estruturais de trabalho – na maioria das vezes precárias – ofertadas: como o mau condicionamento de viaturas e dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI), ou seja, a inadequação e a insuficiência dos itens essenciais para o exercício do trabalho. Com isso, estes profissionais reclamam que há um abandono do Estado que não investe nem na infraestrutura necessária para o desempenho de suas funções, nem em políticas públicas de apoio e atenção aos servidores que adoecem cada vez mais no exercício da profissão.

Acontece que trabalhar sem apoio é algo que os profissionais de segurança pública já estavam condicionados, e não foi diferente em meio à pandemia: 68,4% de policiais civis e militares se sentem despreparados para trabalhar diante deste cenário, o mesmo acontece com os policiais penais, em que apenas 9,3% afirmaram que receberam treinamento específico para trabalhar nas penitenciárias durante a crise sanitária. Tanto o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, como a Fundação Getúlio Vargas (2020, não paginado) demonstram ainda que o despreparo é conjugado com a falta de apoio do governo que não fornece Equipamentos de Proteção Individual – como máscaras e luvas – suficientes para cobrir o contingente profissional.

O que se tem, nesse sentido, são algumas cartilhas que foram veiculadas a esses grupos, demonstrando aos profissionais não apenas como proceder em uma atuação, mas também como se deve higienizar o ambiente de trabalho, os equipamentos, o descarte e o armazenamento dos materiais e das roupas utilizados. Bom, o passo a passo com a ausência de insumos necessários se torna uma medida pouco – para não dizer completamente – ineficiente. Assim, a preocupação de saber como deveria ser feito os procedimentos de higienização, sem efetivamente ter subsídios para executar as medidas de segurança contra o contágio do vírus, transforma o medo em uma insegurança cotidiana que passa a permear o cotidiano dos profissionais. Se trabalhar despreparado e sem respaldo do Estado não é novidade para muitos destes profissionais, lidar com a alta taxa de contágio do vírus e uma letalidade ainda bastante preocupante se transforma em um estado de ansiedade e estresse contínuos. Isso tudo potencializado pelo fato de que todo profissional da segurança tem visto

cada vez mais companheiros afastados por motivos de saúde, e familiares e amigos contaminados pela COVID-19.

Em suma, são inúmeros os fatores identificados pelas pesquisas apresentadas que comprometem a qualidade de vida de trabalhadores em geral e da segurança pública em particular. A literatura tende a destacar os fatores que impactam negativamente sobre a saúde e a satisfação no trabalho. Infelizmente, a utilização de diferentes instrumentos e escalas de mensuração para apreender o fenômeno da qualidade de vida no trabalho dificultam ranquear e comparar os escores de diferentes categorias profissionais. O que sabemos é que as ações de proteção à saúde têm importância inquestionável, e encontram apoio em políticas de outras esferas como do Sistema Único de Saúde, com também das ações da saúde suplementar (planos e seguros de saúde). Contudo, as ações já existentes ainda são muito focadas em medidas paliativas e corretivas que tentariam minimizar a insatisfação ou efeitos sobre a saúde sem de fato mudar os processos e estrutura organizacional das instituições policiais que geram insatisfação.

E como pode-se mudar esse cenário? Essa é uma pergunta que cientistas de todas as áreas ainda buscam responder. O Instituto Sou da Paz veiculou dez medidas para a segurança pública durante a pandemia. Entre elas destacamos as medidas balizares essenciais como: a disponibilidade de EPIs suficientes, o fortalecimento do trabalho dos servidores em uma colaboração federativa entre a União, Estados e Municípios, e o cumprimento das recomendações do Conselho Nacional de Justiça que defende a diminuição das prisões provisórias, e a preferência pela prisão domiciliar e por outras alternativas penais. Além, claro, de testagens constantes e da necessidade de reorientação das ações e do trabalho dos servidores da segurança (SOUZA; ARAÚJO; HORDONES, 2020, não paginado)

Neste artigo (Souza; Araújo; Hordones, 2020, não paginado) objetiva-se lançar luz nas questões de saúde, e por isso se destaca sobretudo a necessidade de valorizar, de defender e de utilizar o Sistema Único de Saúde (SUS)! O SUS é uma conquista do povo brasileiro que lutou pelo direito garantido em Constituição ao acesso à saúde. Uma saúde integral, universal e gratuita que leva em consideração os prismas além da ausência de enfermidades. E é justamente pelo SUS que vários dos servidores do Estado, inclusive os profissionais de segurança pública, possuem acesso a tratamentos para os adoecimentos resultantes do trabalho. É, portanto, urgente considerar-se tanto os cuidados com a saúde na execução do trabalho, como o acesso a tratamentos de saúde de forma integrada e gratuita como direitos

de todos os trabalhadores. Assim pode-se perceber ser uma questão importante da segurança pública, bastante séria apesar de pouco abordada, mesmo em tempos de pandemia.

3 IDENTIFICAR OS TRANSTORNOS PSIQUIÁTRICOS EM POLICIAIS MILITARES NO BRASIL

Este tema visa demonstrar o quão sofrível é uma profissão sem acompanhamento adequado e quais tipos de legislações que apoia as necessidades dessa classe.

3.1 Legislação

Segundo Jorge Kajuru (2018, não paginado), o Programa Nacional de Qualidade de Vida para Profissionais de Segurança Pública (Pró-Vida) foi criado pela Lei 13675, de 2018 que disciplina políticas públicas nacionais para o setor. O objetivo do programa é oferecer atenção psicossocial e de saúde no trabalho aos profissionais de segurança pública. O projeto inclui na lei ações para promoção da saúde mental, cuja execução deverá ser pactuada entre União, estados e municípios, e combate a discriminações e preconceitos. Também determina que o Pró-Vida publique anualmente dados sobre transtornos mentais e suicídio entre profissionais de segurança. O programa, além disso, passará a oferecer acompanhamento a familiares.

O relator do projeto, senador Jorge Kajuru (Cidadania-GO), incorporou várias emendas e apresentou um substitutivo, que foi o texto aprovado pelos senadores. Em seu relatório, Kajuru destacou que o tema da saúde mental e do suicídio merece especial atenção no Brasil. Ele citou dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2020, publicado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, segundo os quais houve 93 suicídios de policiais civis e militares em 2018 e 91 em 2019. A taxa foi de 17,4 por 100 mil policiais, quase o triplo da verificada entre a população em geral, que ficou em seis por 100 mil habitantes em 2019. Segundo Kajuru, em 2019, morreram mais policiais por suicídio do que em confronto em serviço. Afirmo o senador:

Aventa-se que essa tendência seja decorrente de uma interação complexa de fatores como vulnerabilidades pessoais, situações de estresse no trabalho, convívio permanente com a morte e a violência, extenuantes jornadas de trabalho, falta de sono, de lazer e de convívio com a família, depressão, síndrome de burnout, estresse pós-traumático e fácil acesso a armas de fogo.

O autor do projeto, Alessandro Vieira (2019, não paginado), também ressalta que a exposição contínua à violência pode tornar o indivíduo mais vulnerável às doenças psíquicas, à dependência química e às doenças psicossomáticas. “No entanto, por questões culturais e institucionais, esses profissionais quase nunca conseguem auxílio dentro de suas corporações, onde enfermidades psiquiátricas, tais como depressão e ansiedade, muitas vezes são vistas como sinais de fraqueza ou de falta de comprometimento profissional”, observa Alessandro na justificação do projeto.

3.2 Projeto de lei que visa receber proteção e assistência à saúde mental na cidade de São Paulo

Um projeto de lei (PL) de autoria da Bancada Ativista (PSOL-SP) propõe que agentes de segurança pública do estado de São Paulo vítimas de violência, ao cumprir suas funções ou em razão delas, devem receber proteção e assistência à saúde mental.

O PL de número 1.051, de 2019, propõe “proteção ao policial que tenha recebido ameaça ou tido sua família ameaçada” e “atendimento médico, tratamento psicológico e terapêutico de forma prioritária à vítima e seus familiares”.

O texto do projeto de lei destaca que um agente policial com transtornos mentais não diagnosticados ou não tratados representa riscos para si e para a sociedade. A co-deputada estadual da Bancada Ativista, Monica Seixas (PSOL-SP), explica que o objetivo é garantir a saúde do policial e a preservação da vida.

“Ao garantir o cuidado da saúde mental de profissionais que sofrem de ansiedade, depressão ou de qualquer outro trauma oriundo da própria atividade de segurança pública, o Estado coloca na rua trabalhadores com menos chances de cometer erros”, afirma. “Muitos dos policiais que alegam ter atirado por acidente, por exemplo, têm histórico de traumas recentes”, acrescenta.

3.3 Policiais morrem mais por suicídios do que em confrontos

Dayse Miranda (*apud* o 13º ANUÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2018, não paginado) divulgado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), o estresse psicológico e o acesso a armas têm causado graves efeitos na polícia brasileira: 104 policiais cometeram suicídio em 2018. Esse número é maior do que o de policiais que foram mortos durante o horário de trabalho (87 casos).

Para a co-deputada estadual da Bancada Ativista, Monica Seixas (PSOL-SP), o alto número de suicídios de agentes policiais está ligado à falta de atenção aos direitos humanos na segurança pública. E sustenta:

A questão de segurança pública está totalmente desprovida dos direitos humanos. A exemplo dos policiais militares, que passam por violações desde o treinamento da própria corporação e são punidos de forma violenta. Isso os leva a reproduzir essa violência com as populações mais vulneráveis.

Os estudos nacionais e internacionais mostram que os policiais morrem mais na folga. E é mais fácil um policial morrer de suicídio em São Paulo do que ser morto em confronto. Por um lado, os dados revelam um lado bom da instituição. Ela tem um conjunto de procedimentos padrões, de técnicas. Mostra o quanto a instituição é treinada para enfrentar os confrontos. Quando o policial morre menos alvejado em combate significa que é mais bem treinado e que existe uma política institucional que o protege. Agora, morrer mais por suicídio mostra uma fragilidade.

Além do risco de morrer em combate, policiais também têm uma chance maior de se suicidar. Longas jornadas de trabalho, afastamento da família, desvalorização profissional e falta de acompanhamento psicológico contribuem para que isso ocorra.

Uma das principais dificuldades para lidar com o problema do suicídio policial é o tabu ao redor da questão. Policiais militares com problemas emocionais ou psiquiátricos sofrem preconceito, e o suicídio é tratado como uma vergonha dentro e fora das polícias. “A própria família tem vergonha, independentemente de ser policial ou não”, disse ao Nexo Dayse Miranda(2020, não paginado) organizadora do livro “Por que Policiais se Matam?”. Admitir o suicídio também envolve uma questão econômica. Quando um policial morre em combate, sua família recebe uma pensão equivalente à aposentadoria completa. Já famílias de policiais suicidas recebem a pensão relativa ao tempo durante qual o policial trabalhou.

Elas também não ganham seguro de vida. A pesquisa obteve relatos de colegas que alteraram as cenas em que policiais suicidas foram encontrados mortos como forma de maquiar o que ocorreu. Outros se expõem excessivamente em combate, uma forma de morrer maquiando os próprios suicídios

Dayse Miranda (2018, não paginado), as políticas de segurança pública não incluem a saúde mental dos agentes e militares. Percebemos que esses profissionais, de maneira geral, vivem à margem dos programas existentes na área. Os resultados do estudo coordenado por nós mostram que 80% dos policiais não se sentem reconhecidos pela sociedade nem pelos seus superiores. Para o poder público, o investimento é só material: na compra de viatura e na construção de quartéis e delegacias. Os governantes não enxergam o policial como ser humano, por isso ele se sente cada vez mais descartável e adoentado

Entre 1999 e 2018, cometeram suicídio 47 agentes e delegados da Polícia Federal. Se fosse um país, a instituição estaria nas primeiras posições do ranking de suicídios, considerando a quantidade de óbitos dessa natureza proporcionalmente comparada ao efetivo, de acordo com o estudo.

Segundo o Ministério da Saúde no Brasil, (2020, não paginado) são 5,8 suicídios a cada grupo de 100 mil habitantes. Somente na PF, a média sobe para 36,7. No mundo, 14 pessoas se matam a cada 100 mil, de acordo com a Organização Mundial de Saúde, OMS, (2020, não paginado)

Estresse, desestímulo, jornada excessiva de trabalho e perseguição eram queixas presentes nos discursos de agentes e delegados da corporação que decidiram colocar um ponto-final à própria existência. (MIRANDA, 2018, não paginado).

É preciso, ainda, considerar que muitos policiais estão sob chefias que possuem pouco preparo durante a sua formação para serem líderes de verdade. Há, ainda, uma diferença entre aquilo que se ensina no banco das Academias de Polícia e aquilo que se ensina nas subculturas policiais onde o estilo de liderança autoritário e agressivo é valorizado, especialmente em algumas áreas da PM. Policiais ainda estão imersos em uma cultura masculina onde dor e sofrimento devem ser a todo custo escondido. Também é muitas vezes mal visto nas polícias procurar auxílio psicológico, visto por alguns como coisa de fracos ou de quem quer fugir do trabalho.

Por que os policiais se matam?” [livro] propõe dois tipos de intervenção para redução do risco de suicídio entre policiais. Uma de cunho geral, com palestras, gestão de pessoal (revisão das escalas de trabalho), gestão de logística (melhores locais para refeições e alojamento), formação e treinamento; e outra mais específica, voltada para o atendimento do policial em situação de risco (Miranda, 20281, não paginado)

Entre as estratégias específicas está a criação de um protocolo sobre como lidar com um potencial suicida, considerando os níveis de risco. Outro ponto importante é o alerta sobre o uso de arma de fogo. Em casos extremos, em que o policial for considerado de alto risco de cometer suicídio, pode-se providenciar para que sua arma seja recolhida.

“Retirar a arma de um policial não é simples, principalmente no caso de um policial doente. Outra dificuldade é que não há uma regra que defina em que circunstâncias de se acautelar a arma de fogo”, (MIRANDA, 2018, não paginado)

4 ANALISAR ESSAS AÇÕES DO TRANSTORNO PSIQUIÁTRICO NO ANO DE 2019 EM POLICIAIS MILITARES NO BRASIL

A atividade profissional do policial militar encontra-se intimamente vinculada a questões de cobrança institucional, disciplina rígida e um alto risco ocupacional, fazendo com que essa categoria profissional apresente um alto grau de vulnerabilidade à produção de sofrimento psíquico, já que seu exercício profissional é marcado por uma rotina de constante tensão e perigo.

4.1 A saúde mental indica o bom funcionamento dos processos mentais e a boa interação entre eles.

Também se considera que há um estado de saúde mental quando há um equilíbrio psíquico e emocional e não há presença de patologias e problemas mentais ou comportamentais. A Organização Mundial de Saúde (OMS) define a saúde mental como “o estado de bem-estar no qual o indivíduo realiza as suas capacidades, pode fazer face ao stress normal da vida, trabalhar de forma produtiva e frutífera e contribuir para a comunidade em que se insere.” O cuidado com a saúde mental deve ser tão indispensável quanto o cuidado com a saúde física, visto que ela é responsável tanto pelas funções psicológicas mais básicas quanto pelas mais complexas, englobando emoções, pensamentos, raciocínio, percepções, memória, entre outros.

A nova lógica de atenção à saúde mental requer compreender o sujeito como um todo, como um ser que sofre, que enfrenta momentos desestabilizadores, como separação, luto, perda de emprego, carência afetiva, entre outros problemas cotidianos que podem levá-lo a procurar ajuda. Dessa forma, este modelo deve prestar uma atenção à saúde voltada à integração social do sujeito, procurando mantê-lo em seu contexto familiar e comunitário. Assim, família e comunidade servem como suporte fundamental para que o sujeito crie vínculos, produzindo novos modos de viver em sociedade revertendo o modelo manicomial. (SANTIN; KLAFKE, 2011, p. 148).

Conforme Ferreira *et al.* (2016), “A mudança de paradigma advinda da reforma psiquiátrica assume, além de uma dimensão técnica, uma dimensão cultural, na defesa por uma mudança do valor social da loucura, que permita aos sujeitos vivenciarem e participarem da vida

comunitária.” Liliane Neris da Silva, Scheila Beatriz Sehnem. As modificações ocorridas na forma como a saúde mental é vista foram de extrema importância para a desinstitucionalização dos pacientes dos manicômios, ocorrendo, assim, uma desconstrução de práticas manicomiais, surgindo, a partir disso, a reforma psiquiátrica. A reforma psiquiátrica consiste na transformação de saberes e práticas em relação à loucura, na percepção da complexidade do objeto de intervenção e também em recompreender o sofrimento psíquico, bem como em destruir manicômios internos e externos que têm aceitado determinadas formas de pensar e agir. Sobre tudo na reinvenção de modos de lidar com a realidade. (GUEDES *et al.*, 2010). Conforme Barbosa *et al.* (2016, não paginado), “A reorientação do modelo de atenção à saúde mental no Brasil proporcionou notáveis avanços na organização e na concepção dos serviços. No entanto, as resistências de superação do modelo biomédico [...] têm sido amplamente debatidas.” Os indivíduos, no seu cotidiano, desenvolvem diversas atividades e vivenciam várias situações, além disso estão inseridos em vários contextos, como trabalho, estudos, lazer, família, entre outros. Esses fatores podem interferir no equilíbrio psíquico das pessoas, por meio da sobrecarga de tarefas e papéis sociais que vêm desenvolvendo. Esse fato afeta de forma subjetiva a saúde mental dos indivíduos, que, muitas vezes, percebem a necessidade de buscar auxílio psicológico para conseguirem lidar com essas circunstâncias.

4.2 Saúde mental do trabalhador policial

O trabalho é algo muito significativo para as pessoas em virtude das influências e impactos que causa na vida delas. Em primeiro momento, pelo horário cumprido, que muitas vezes é superior ao horário que o indivíduo permanece em sua casa ou em outras atividades e, em segundo, pela identidade que confere aos trabalhadores, permanecendo como prioridade para muitos. Nesse sentido, a saúde mental do trabalhador deve ser vista com atenção a fim de evitar patologias provenientes da atividade laborativa exercida e do contexto de trabalho em que está inserido. A influência das características atuais do trabalho sobre a saúde mental dos trabalhadores pode decorrer de inúmeros fatores e situações, entre os quais, a exposição a agentes tóxicos, a altos níveis de ruído, a situações de risco à integridade física, como, por exemplo, trabalho com compostos explosivos ou sujeitos a assaltos e sequestros,

a formas de organização do trabalho e políticas de gerenciamento que desconsideram os limites físicos e psíquicos do trabalhador, impondo-lhe frequentemente a anulação de sua subjetividade para que a produção não seja prejudicada e as metas estabelecidas sejam cumpridas. (SELIGMANN-SILVA *et al.*, 2010, p. 187). Para Vasconcelos e Faria (2008, não paginado), “As práticas de Saúde Mental nas organizações coexistem com uma pressão por produtividade crescente, num ambiente extremamente competitivo, no qual o indivíduo deve estar sempre pronto para mudar e se adaptar às demandas do mercado.” O estresse no trabalho está relacionado a situações nas quais a pessoa percebe o ambiente de trabalho como ameaçador, principalmente em relação às suas necessidades de realização e à sua saúde. O estresse no trabalho esteve associado a um aumento de 50% do risco de os empregados desenvolverem doenças coronarianas, de acordo com uma meta-análise de estudos prospectivos de coorte (DE LIZ, 2014). A relação específica dos transtornos mentais e do comportamento relacionados ao trabalho conta, hoje, com 12 grupos de doenças mentais, dentre as quais se destacam o alcoolismo crônico, episódios depressivos, estados de estresse pós-traumáticos, neurastenia (síndrome da fadiga crônica), neurose profissional, transtornos do sono e sensação de estar acabado (síndrome de burnout e a síndrome do esgotamento profissional). (VASCONCELOS; FARIA, 2008, p. 455). O aspecto “trabalho” apresenta-se como um fator relevante na saúde mental do indivíduo e atua diretamente como fonte de saúde-doença, prazer-sofrimento, satisfação-insatisfação, entre outros. Esses fatores ocorrem em razão da organização do trabalho e também pela multiplicidade das relações objetivas e subjetivas que se estabelecem no cotidiano da relação trabalho-trabalhador. Dessa maneira, fica clara a complexidade existente no sentido da resolatividade de todas as relações que estão inseridas no contexto de trabalho (SILVA; COSTA, 2008). O trabalhador, independentemente da atividade e função desenvolvidas, deve ter esse autocuidado com a saúde mental, pois os prejuízos causados podem trazer consequências para todos os aspectos da vida e desenvolver dificuldades no bem-estar pessoal e profissional.

4.3 Análise e discussão dos dados

A avaliação da saúde mental dos policiais militares ocorreu com base no estudo da saúde mental do trabalhador, visto que a atividade laboral está intimamente ligada com o bem-estar do indivíduo e pode trazer tanto uma satisfação pessoal e profissional quanto um desgaste físico, psíquico e emocional, que podem refletir em outros elementos da vida do trabalhador. A profissão do policial militar foi selecionada para a pesquisa em virtude de ser um exemplo de atividade que envolve riscos e periculosidade, escalas de trabalho noturnas e longas e “[...] a existência de uma estrutura verticalizada, pautada numa hierarquia de poder com meios e modos próprios de definir estratégias e mediar relações de poder e mando[...]” (LOPES; BRASIL, 2010, p. 1). Por esses motivos, realizou-se a presente pesquisa para avaliar o nível de saúde mental em seus diversos aspectos e levantar o perfil sociodemográfico dos sujeitos entrevistados.

4.4 Perfil sociodemográfico

Em relação ao levantamento do perfil sociodemográfico, ressalta-se a definição de demografia, que é denominada o estudo da população. Demografia é o estudo científico das populações humanas, principalmente no que diz respeito ao seu tamanho, estrutura e desenvolvimento. Por intermédio desse estudo é possível identificar e diferenciar características referentes à população de determinadas regiões ou grupos, como aspectos geográficos, sociais, culturais, políticos, entre outros (IBGE, 1969).

Segundo Liliane Neris da Silva, Scheila Beatriz Sehmen (2020, não paginado) de acordo com o perfil sociodemográfico em sua pesquisa, 10 sujeitos são do gênero masculino e um sujeito, do gênero feminino. Percebe-se historicamente que a cultura tradicional da Polícia Militar é movida pela masculinidade, dificultando, assim, a inserção de mulheres nos quadros das polícias (LOPES; BRASIL, 2010); no Estado de Santa Catarina se reservam apenas 12% das vagas às mulheres. A construção do gênero feminino “[...] enseja uma essencialização pautada na exclusão da ideia de força, de combate, de ação, de virilidade. Ideias que, por sua vez, constroem o homem/homens e estão na base das representações sobre as atividades realizadas pelas Forças Policiais[...]” (MOREIRA, 2009, p. 1). No que diz

respeito à idade dos entrevistados, um possui de 20 a 30 anos, quatro possuem de 30 a 40 anos e seis possuem de 40 a 50 anos. Percebe-se maior prevalência de idades entre os 40 e os 50 anos, em razão do critério preestabelecido de tempo de serviço (acima de quatro anos) e por haver pouco interesse de permanência de policiais militares jovens na cidade em que foi realizada a pesquisa. Por intermédio de pesquisas bibliográficas, percebeu-se que o policial mais jovem possui uma maior aptidão física que o mais antigo, e que essa aptidão vai se degradando ao longo do tempo (ESTEVEZ *et al.*, 2014). Em contrapartida, há estudos que comprovam que “[...] policiais em serviço há mais tempo, se tornam mais resistentes aos agentes estressores, enquanto os novos recrutas são mais propensos a sofrer que estes[...]” (DE LIZ *et al.*, 2014). Esse fato é comprovado nesta pesquisa, pois se evidencia que os problemas de ordem psíquica se apresentaram mais em sujeitos que estão na faixa etária entre 20 e 40 anos e menos entre os de 40 a 50 anos, apesar de estarem em maior número, como pode ser percebido na fala do Sujeito 11, de 29 anos: “Não há como desvincular totalmente a profissão dos momentos de lazer, um dia estressante no trabalho acaba se mantendo por um ou dois dias nos horários de folga, trazendo preocupações.” (informação verbal). Em relação à escolaridade, três sujeitos são pós-graduados, seis possuem ensino superior completo e dois deles possuem ensino superior incompleto. Não se evidencia grande variação de escolaridade; o que se pode ressaltar é que para os sujeitos mais antigos de profissão não era exigido nível superior, o que se modificou para os sujeitos mais jovens, em que é exigido tal nível. No entanto, sabe-se que o fator escolaridade pode modificar os níveis de habilidades sociais para lidar com as situações do dia a dia e influenciar os comportamentos. De acordo com os estudos de Pinho, Fernandes e Falcone (2011), o ensino superior influencia a experiência empática, e essa influência pode ser entendida em razão das oportunidades oferecidas pela vida acadêmica, que cria oportunidades diversas para o desenvolvimento moral do indivíduo, bem como para o desenvolvimento de processos cognitivos mais complexos. No entanto, Rebouças, Legay e Abelha (2007), em seu estudo, observaram que quanto maior a escolaridade do profissional, menor a satisfação em relação ao trabalho. A renda familiar dos sujeitos encontra-se entre quatro e 10 mil reais, e essa variação está relacionada ao grau hierárquico, se o cônjuge ou familiares também exercem atividade remunerada e se o sujeito possui alguma renda extra. Os sujeitos não apresentaram reclamações quanto à questão de renda e remuneração, o que pode ser considerado um ponto

positivo, visto que o fator financeiro influencia de maneira significativa o estado mental. De acordo com Viseu *et al.* (2015), durante fases de turbulência econômica, aspectos como ameaça financeira e dificuldades econômicas têm impacto significativo sobre o estresse, a ansiedade e a depressão. Na questão do estado civil, nove sujeitos são casados e dois são solteiros, e na composição familiar, oito moram com cônjuge e filhos, um mora com o cônjuge, um mora com a mãe e um mora sozinho. Percebe-se, dessa forma, uma predominância de sujeitos que já construíram uma família, com cônjuges e filhos, e que essa família funciona principalmente como uma rede de apoio, uma vez que é muito citada nos relatos dos sujeitos durante a entrevista. Percebe-se tal fato na fala do Sujeito 2: “Muitas vezes minha profissão Liliane Neris da Silva, Scheila Beatriz Sehnem, atrapalhou a convivência com a família, pois trocamos a nossa família para atender à família dos outros.” (informação verbal). De acordo com Campos (2004), a família é um sistema de suporte considerado referência no cuidado básico do ser humano, podendo proteger, ajudar, acelerar os processos de cura e aumentar a sobrevivência. “A percepção do policial quanto ao suporte social e familiar construído durante sua vida é fator essencial para sua saúde, inclusive para a percepção de segurança emocional e compromisso nas relações.” (GUEST; BIASINI, 2001, não paginado). Por intermédio dos instrumentos aplicados, percebeu-se que os sujeitos apresentaram muito mais preocupações com a família do que consigo mesmos, tanto em relação a ameaças físicas quanto a problemas emocionais. Por outro lado, os testes com o sujeito que é solteiro, mora com a mãe e não tem filhos apresentaram percentis mais altos e problemáticos que os demais. É possível perceber a importância do suporte familiar para esses indivíduos pelos relatos coletados na entrevista, pois seis dos 11 sujeitos entrevistados citaram a família como fator de grande importância. Tem-se também como exemplo a fala do Sujeito 8: “Tenho medo de levar um tiro, de morrer e deixar minha família. Quando saio com eles, não consigo aproveitar completamente, pois tenho que ficar me cuidando e cuidando deles.” (informação verbal). Castro e Cruz (2015, não paginado) citam que o “[...] suporte social e familiar são indicadores de que a retaguarda dessas redes pode fazer o diferencial na manutenção da saúde do policial e conferir a ele resiliência e fortalecimento no enfrentamento das demandas nocivas do trabalho[...].” Por meio dos instrumentos aplicados, também se obteve informação referente ao perfil profissional dos sujeitos, já que as características dos indivíduos dentro da instituição revelam particularidades em relação ao

sujeito enquanto profissional. Tabela 2 – Perfil profissional dos policiais militares de Campos Novos

Setor	Feminino	Masculino	Radiopatrulha	1	5	Agência de inteligência	2	Central de operações	3	Total	1	10
Tempo de serviço	4 a 5 anos	4	15 anos	1	20 a 24 anos	6	Total	1	10			
Posto/Graduação	Sargento	1	5	Cabo	1	Soldado	4	Total	1	10		

Fonte: os autores. Em relação ao setor de trabalho, seis sujeitos trabalham no setor de radiopatrulha, que é a modalidade de policiamento ostensivo, realizada por um conjunto de indivíduos e materiais (viaturas com rádio), empregados de forma técnica, tática e operacional, em permanente contato com uma central de operações (GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS, 2018); dois sujeitos atuam na agência de inteligência, que é o setor de investigação da instituição, o qual atua com policiamento velado, sem fardamento, na obtenção, produção e salvaguarda de conhecimentos e informações que subsidiem ações para neutralizar, coibir e reprimir atos criminosos de qualquer natureza (GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ, 2018); e três sujeitos atuam na Central de Operações da Polícia Militar (Copom), que exerce a coordenação do policiamento ostensivo preventivo e repressivo no combate ao crime e contravenções, 51 Avaliação da saúde mental... Pesquisa em Psicologia | Anais Eletrônicos além de receber atendimentos telefônicos de emergência e realizar acompanhamento das câmeras de videomonitoramento (GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS, 2018). Quanto ao tempo de serviço, quatro sujeitos possuem entre quatro e cinco anos de trabalho, um sujeito possui 15 anos de trabalho e seis sujeitos possuem entre 20 e 24 anos de serviço. Nessa questão, percebeu-se que há maior prevalência de policiais com maior tempo de serviço; por isso novamente é citada a questão sobre o critério preestabelecido de tempo de serviço (acima de quatro anos) e o fato de que há pouco interesse de permanência de policiais militares mais jovens na cidade em que foi realizada a pesquisa. A variável posto/graduação significa a ordenação dos profissionais dentro da hierarquia militar, ou seja, a ordenação da autoridade em níveis diferenciados dentro da estrutura da Corporação. A ordenação se faz por postos (classe dos oficiais) ou graduações (classe das praças) e, dentro de um mesmo posto ou graduação, faz-se pela antiguidade (GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS, 2018). Como foram investigados somente sujeitos da classe das praças, é falado apenas em graduação, na qual a hierarquia acontece da seguinte forma: soldado < cabo < sargento < subtenente (GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS, 2018). Entre os sujeitos entrevistados, seis deles são sargentos, os quais adquiriram tal patamar em virtude do tempo

de serviço ou por concurso interno e são geralmente responsáveis por atividades de comando do policiamento ou central de operações; um dos sujeitos possui graduação de cabo, sendo que adquiriu tal patamar por tempo de serviço e trabalha na central de operações; e quatro dos sujeitos possuem graduação de soldado e atuam principalmente no setor de radiopatrulha, e dois deles atuam também na agência de inteligência. Esse quesito da seleção interna dos profissionais para promoção mediante provas é um dos aspectos que pode afetar a saúde mental, podendo causar estresse, preocupação, ansiedade, autocranças e sentimento de incapacidade entre os indivíduos. Esse sistema de hierarquia e intenso cumprimento das ordens também pode causar problemas de ordem psíquica nos policiais, que se preocupam intensamente em cumprir o que foi estabelecido, sentindo grande medo de falhar e serem punidos. Tal fato pode ser verificado na fala do Sujeito 10: “Considero a profissão do policial estressante em termos de hierarquia dentro da instituição e em termos de ocorrências, por termos que lidar com o público em geral.” (informação verbal). Segundo Spode (2004, não paginado), a “[...] hierarquia e disciplina são o cerne da organização policial militar e delas derivam uma gama de prescrições e um sistema de punições e recompensas que incidem diretamente na execução do trabalho e nas relações que se estabelecem entre os policiais[...].” É possível verificar tais preocupações em seis dos 11 sujeitos entrevistados, e apresenta-se como exemplo a fala do Sujeito 6: “Recebemos punições internamente, e isso acaba nos deixando nervosos, pois atendemos ocorrências perigosas ou que não ficam bem resolvidas, que podem nos prejudicar no futuro.” (informação verbal). Percebe-se por meio dos relatos dos sujeitos que o estresse e a tensão estão relacionados muito mais à pressão e cobrança internas da corporação do que propriamente pelo desempenho da profissão na sociedade. Também é possível identificar sentimentos constantes de medo de punições e medo de fracassar.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A saúde mental é um fator importante para o bem-estar de uma pessoa, pois está relacionada com os aspectos psicológicos de uma pessoa. Quando a saúde mental é comprometida, os indivíduos podem experimentar dificuldades em viver juntos e em sua qualidade de vida, tais como dificuldades na resolução de problemas, ansiedade, sintomas depressivos, distúrbios de ajuste psicossocial, desconforto psicológico, neuroses e ainda distúrbios comportamentais mais graves, tais como psicose mental e psiquiátrica ou psicose. O funcionamento adequado dos processos mentais e sua manutenção pelo indivíduo assegura o equilíbrio da psique humana, ajuda a evitar que os distúrbios cotidianos se transformem em patologias e causem sentimentos de exaustão, e fornece apoio para lidar com distúrbios cotidianos que são cada vez mais turbulentos e exigentes das pessoas no mundo de hoje (SVARTMAN, 2011). Neste sentido, pode-se considerar que a pessoa que mais sentiu o impacto dos tempos modernos foi o trabalhador, devido às exigências de produtividade, às pressões competitivas e ao desejo de desempenho absoluto, além da necessidade de equilibrar o trabalho com todos os outros aspectos da vida: Família, estudos, lazer e outros. Segue-se que o cuidado com a saúde mental é de suma importância para todos, especialmente para os trabalhadores que são vulneráveis por causa das especificidades que os afetam. Por esta razão, a saúde mental no local de trabalho torna-se uma questão importante que merece a devida atenção, pois se ela se deteriora, pode enfraquecer o desempenho do trabalhador na esfera profissional e em muitas áreas da vida privada (SELIGMANNSILVA *et al.*, 2010). A profissão de policial militar é um exemplo de atividade de trabalho que por si só provoca certas mudanças no estado psicológico e emocional dos funcionários, pois é uma instituição que valoriza a ordem e o respeito extremo, treina rigorosamente os recém-chegados e exige intensamente o cumprimento de normas institucionalizadas baseadas em dois pilares: disciplina e hierarquia (PAULINO; LOURINHO, 2014). A vulnerabilidade desta categoria deve ser avaliada no contexto das diferentes circunstâncias da profissão, que é considerada vulnerável a problemas de saúde mental devido ao estresse e aos perigos de realizar atividades diárias. No caso específico dos policiais militares, a situação de perigo constante na rua reforça a natureza normativa do trabalho, juntamente com um sistema de disciplina e vigilância constante (SPODE, 2004, não paginado). As causas que podem levar a desequilíbrio na saúde, os soldados permanecem sob intenso escrutínio para se protegerem porque, além das muitas acusações que lhes são feitas pela sociedade, que espera que tenham um bom desempenho, eles também são alvo de numerosas ameaças, pois estão diretamente

ligados ao mundo do crime. Controlar o desrespeito à lei e manter a ordem pública. Este medo de ser reconhecido como segurança em seus dias de folga ou de ser morto ou agredido no trabalho leva à vitimização dos policiais e a um constante estado de alarme para eles e suas famílias. Esta forma de proteção é uma constante na mente dos profissionais e afeta muitas áreas de suas vidas, especialmente a interação social, pois eles abandonam muitas atividades ou frequentemente vão a outro lugar para evitar danos (SOUZA *et al.*, 2012). Além disso, a identidade do policial ainda é uma parte do indivíduo e está tão intimamente ligada ao papel profissional que não há mais demarcação entre ele e a profissão, o que leva esses profissionais a comportarem-se sempre como foram formados, agindo de forma semelhante em todas as dimensões da sua vida e em qualquer situação, mesmo quando não estão a trabalhar, durante os dias de folga ou mesmo quando estão em serviço.

A saúde mental é um fator determinante para o bem-estar do indivíduo, uma vez que está associada aos aspectos psíquicos do ser humano. Quando a saúde mental se deteriora, podem surgir dificuldades na coexistência e qualidade de vida do indivíduo, tais como dificuldade em resolver problemas, ansiedade, sintomas depressivos, desajustamento psicossocial, desconforto psicológico, neurose e até progredir para algo mais grave, como psicose ou psicose mental e psiquiátrica. perturbações comportamentais. O bom funcionamento dos processos mentais e a sua manutenção pelo indivíduo garantem um equilíbrio na psique

humana, ajudando a que as perturbações do dia-a-dia não desenvolvam patologias e não causem o sentimento de exaustão, contribuindo para conceder subsídios para o confronto da turbulência diária, cada vez mais turbulenta e que exige muito das pessoas no mundo contemporâneo (SVARTMAN, 2011). Neste sentido, pode-se considerar que a pessoa que mais sentiu os reflexos dos tempos modernos foi o trabalhador, devido às exigências de produtividade, à pressão da concorrência e ao desejo de desempenho absoluto, além de ter de conciliar o seu trabalho com todos os empregados. outros aspectos. da vida: família, estudos, lazer, entre outros. Daqui decorre que os cuidados de saúde mental são da maior importância para todos, especialmente para o trabalhador, que representa uma categoria de risco devido às particularidades a que está sujeito. Por esta razão, a saúde mental no trabalho torna-se uma questão importante, que merece a devida atenção, uma vez que, se se deteriorar, pode enfraquecer o desempenho do trabalhador na esfera profissional e também em vários aspectos da sua vida pessoal (SELIGMANNSILVA *et al.*, 2010). A profissão de Polícia Militar é um exemplo de uma actividade laboral que só por si traz algumas mudanças no seu estado psicológico e emocional aos seus trabalhadores, por ser uma instituição que valoriza a ordem e o respeito extremo, com uma formação rigorosa para os recém-chegados. e com uma intensa exigência do cumprimento de normas institucionalizadas, que se baseiam em dois pilares: disciplina e hierarquia (PAULINO; LOURINHO, 2014). A susceptibilidade desta categoria deve ser avaliada considerando as diferentes circunstâncias da profissão, considerada vulnerável à produção de desconforto psicológico devido ao stress e aos perigos que existem no exercício diário das atividades. No caso específico dos trabalhadores da Polícia Militar, o contexto de risco permanente experimentado nas ruas acresce ao carácter normativo em que o trabalho é organizado, para além do sistema de disciplina e vigilância permanente (SPODE, 2004).

. Os militares permanecem numa intensa vigilância para se protegerem, porque, para além de serem alvo de muitas críticas por parte da sociedade, que lhes exige um bom desempenho, são alvo de muitas ameaças, uma vez que estão diretamente ligados ao mundo do crime. A repressão das ilegalidades e a manutenção da ordem pública. Este medo de serem reconhecidos como seguranças nos seus dias de folga, ou de serem mortos ou atacados no exercício das suas funções, causa vitimização policial e um constante estado de alerta, tanto para eles como para as suas famílias. Esta forma de defesa permanece constante na mente do profissional e afeta várias áreas da sua vida, especialmente a interação social, uma vez que se privam de muitas atividades ou frequentam locais diferentes para evitar qualquer dano que os afete (SOUZA *et al.*, 2012). Além disso, é evidente que a identidade do polícia continua a ser

tão intrínseca aos indivíduos e intimamente ligada à função profissional que já não existe uma dissociação entre eles e a profissão, o que leva estes profissionais a comportarem-se sempre como foram formados, agindo de forma semelhante em todas as dimensões da sua vida e em qualquer situação, mesmo quando não estão a trabalhar, durante os dias de folga ou mesmo quando estão a trabalho.

REFERÊNCIAS

ALVES, Joatã Soares Coelho; BENDASSOLLI, Pedro Fernando; GONDIM, Sônia Maria Guedes. Trabalho emocional e burnout: um estudo com policiais militares. **Avances en Psicología Latinoamericana**, v. 35, n. 3, p. 459-472, 2017.

ANDRADE, Edson Ribeiro; SOUZA, Edinilsa Ramos de; MINAYO, Maria Cecília S. Intervenção visando a autoestima e qualidade de vida dos policiais civis do Rio de Janeiro. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 275-285, 2009.

BARBOSA, Valquiria Farias Bezerra *et al.* O cuidado em saúde mental no Brasil: uma leitura a partir dos dispositivos de biopoder e biopolítica. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 108, p. 178-189, 2016. Disponível em https://www.scielo.org/article/ssm/content/raw/?resource_ssm_path=/media/assets/sdeb/v40n108/0103-1104-sdeb-40-108-00178.pdf . Acesso em: 10 abr. 2018.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Paris: Capa de Edições, 1977.

BERNARDO, Valdeni Manoel *et al.* Atividade física e qualidade de sono em policiais militares. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Porto Alegre, v. 40, n. 2, p. 131-137, jun. 2018. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32892018000200131&lng=en&nrm=iso Acesso em: 20 ago. 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Manual de procedimentos para serviço da saúde: doenças relacionadas ao trabalho. Série A - Normas e Manuais Técnicos, n. 114. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2001.

CALAZANS, Márcia Esteves de. Missão prevenir e proteger: condições de vida, trabalho e saúde dos policiais militares do Rio de Janeiro. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 26, p. 206-211, 2010.

CAMPOS, Eugênio P. Suporte social e família. In: MELLO FILHO, Julio de (Org.). Doença e família. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004. p. 141-161.

CASTRO, Maria Cristina d'Avila de; CRUZ, Roberto Moraes. Prevalência de transtornos mentais e percepção de suporte familiar em policiais civis. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, DF, v. 35, n. 2, p. 271-289, jun. 2015. Disponível em; http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141498932015000200271&lng=en&nrm=iso Acesso em: 17 ago. 2018.

COELHO-ALVES, Joatã Soares; BENDASSOLLI, Pedro Fernando; GUEDES-GONDIM, Sônia Maria. Trabalho emocional e burnout: um estudo com policiais militares. **Av. Psicol. Latinoam.**, Bogotá, v. 35, n. 3, p. 459-472, dez. 2017. Disponível em:

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010465782011000100009&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 18 ago. 2018.

COSTA, Adriana da Câmara; ESTEVAM, Ionara Dantas. Depressão em policiais militares: uma possível decorrência das atividades laborais. 2014. Disponível em: <https://psicologado.com.br/atuacao/psicologia-da-saude/depressao-em-policiais-militares-uma-possivel-decorrencia-das-atividades-laborais> . Acesso em: 19 ago. 2018.

DE LIZ, Carla Maria et al. Características ocupacionais e sociodemográficas relacionadas ao estresse percebido de policiais militares. **Revista Cubana de Medicina Militar**, Ciudad de la Habana, v. 43, n. 4, p. 467-480, dic. 2014. Disponível em: http://scielo.sld.cu/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S013865572014000400007&lng=es&nrm=iso . Acesso em: 17 ago. 2018.

ESTEVES, João Victor Del Conti *et al.* Caracterização da condição física e fatores de risco cardiovascular de policiais militares rodoviários. **Rev. Anda I Med Deporte**, Sevilla, v. 7, n. 2, p. 66-71, jun. 2014. Disponível em: http://scielo.isciii.es/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S188875462014000200005&lng=es&nrm=iso . Acesso em: 17 ago. 2018. 59

FERREIRA, Thayane Pereira da Silva *et al.* Produção do cuidado em Saúde Mental: desafios para além dos muros institucionais. *Interface*, São Paulo, v. 21, n. 61, 2016. Disponível em: . Acesso em: 10 abr. 2018.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. Polícia Militar. Disponível em: <http://www.pmpr.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1331>. Acesso em: 17 ago. 2018.

GUEDES, Ariane da Cruz *et al.* A mudança nas práticas em saúde mental e a desinstitucionalização: uma revisão integrativa. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, Pelotas, v. 12, n. 3, p. 547-553, 2010. Disponível em: <http://www.fen.ufg.br/revista/v12/n3/pdf/v12n3a19.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2018.

HUTZ, Claudio S.; NUNES, Carlos Henrique S. S. Escala Fatorial de Ajustamento Emocional/Neuroticismo: EFN. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001.

IBGE. Dicionário Demográfico Multilíngue. Rio de Janeiro: IBGE, 1969.

LIMA, Fabíola Polo de; BLANK, Vera Lúcia Guimarães; MENEGON, Fabricio Augusto. Prevalência de Transtorno Mental e Comportamental em Polícias Militares/SC, em Licença para Tratamento de Saúde. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Florianópolis, v. 3, n. 35, p. 824-840, 2015.

LOPES, Emanuel Bruno; BRASIL, Glaucíria Mota. Mulheres na polícia: demarcação dos espaços de comando e relações assimétricas de poder. *In: Fazendo gênero – diásporas, diversidades, deslocamentos*. Florianópolis, 2010. p. 1-9.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SOUZA, Edinilsa Ramos de; CONSTANTINO, Patrícia. Riscos percebidos e vitimização de policiais civis e militares na (in) segurança pública. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 23, n. 11, p. 2767-2779, 2007.

MOREIRA, Rosemeri. A participação de mulheres na construção da “Polícia Feminina” no Brasil - 1940/1950. In: JORNADA CINIG DE ESTUDIOS DE GÉNERO Y FEMINISMOS, 2009, La Plata. Anais... La Plata, 2009.

PASQUALI, Luiz *et al.* QSG: Questionário de Saúde Geral de Goldberg. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1996.

PAULINO, Fábio Rodrigues; LOURINHO, Lúdia Andrade. O adoecimento psicológico do policial militar do Ceará. **Revista Trabalho e Sociedade**, Fortaleza, v. 2, n. 2, p. 58-77, 2014.

PINHO, Vanessa Dordron de; FERNANDES, Conceição Santos; FALCONE, Eliane Mary de Oliveira. A influência da idade e da escolaridade sobre a experiência empática de adultos. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 1-10, 2011.

REBOUÇAS, Denise; LEGAY, Letícia Fortes; ABELHA, Lúcia. Satisfação com o trabalho e impacto causado nos profissionais de serviço de saúde mental. **Revista Saúde Pública**, v. 41, n. 2, p. 244-250, 2007.

RODRIGUES, Marcus Paulo Ruffeil. Gestão da Polícia Militar: a cultura institucional como agente limitador da construção de uma polícia cidadã. 2010. 93 p. Tese (Doutorado em Administração Pública e de Empresas) –Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2010. 60

SANTIN, Gisele; KLAFFKE, Teresinha Eduardes. A família e o cuidado em saúde mental. **Barbaroi**, n. 34, p. 146-160, 2011. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010465782011000100009&lng=pt&nrm=iso . ISSN 0104-6578. Acesso em: 10 abr. 2018.

SELIGMANN-SILVA, Edith *et al.* O mundo contemporâneo do trabalho e a saúde mental do trabalhador. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 35, n. 122, p. 187-191, 2010.

SILVA, Elisa Alves da; COSTA, Ileno Izídio da. Saúde mental dos trabalhadores em saúde mental: estudo exploratório com os profissionais dos Centros de Atenção Psicossocial de Goiânia/Go. **Psicologia em Revista**, v. 14, n. 1, p. 83-106, 2008.

SILVA, Jacqueline Carvalho da. Manutenção da ordem pública e garantia dos direitos individuais: os desafios da polícia em sociedades democráticas. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 8, p. 78-89, 2011.

SOUZA, Edinilsa Ramos de *et al.* Fatores associados ao sofrimento psíquico de policiais militares da cidade do Rio de Janeiro. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 28,

n. 7, p. 1297-1311, 2012. Disponível em:

<http://dx.doi.org/10.1590/S0102311X2012000700008>. Acesso em: 10 set. 2017.

SOUZA, Edinilsa Ramos; MINAYO, Maria Cecília de Souza. Policial, risco como profissão: morbimortalidade vinculada ao trabalho. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 10, n. 4, p. 917-928, 2005.

SPODE, Charlotte Beatriz. Ofício de Oficial: Trabalho, Subjetividade e Saúde Mental na Polícia Militar. 2004. Dissertação (Mestrado em Psicologia) –Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004. Disponível em:

<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/5366/000424905.pdf?sequence=1> . Acesso em: 12 set. 2017.

SVARTMAN, Betty. Crise na clínica na atualidade e transformações. **Vínculo**, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 45-51, 2011. Disponível em:

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S180624902011000200007&lng=pt&nrm=iso . Acesso em: 19 jul. 2018.

VASCONCELOS, Amanda de; FARIA, José Henrique de. Saúde Mental no Trabalho: contradições e limites. **Psicologia & Sociedade**, v. 20, n. 3, p. 453-464, 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822008000300016. Acesso em: 10 abr. 2018.